

Só falta saber quem paga a conta da festa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Coube ao humorista Raul Solnado o comentário mais arguto, logo após a revolução portuguesa, em 1974: "Depois da Festa dos Cravos, há que aguardar a conta do florista". Quando ela chegou, foi o diabo.

Entre nós, infelizmente, o passado parece estar se dando ao trabalho de passar para nada. Suas lições têm sido desprezadas com olímpica displicência. Uns parecem não ter aprendido; outros esquecem. Está sendo tirada a conta da festa dos cinco anos, mais carregada, até, do que a conta da festa do presidencialismo. Só que ninguém sabe quem vai pagá-la. Os comensais se retiram à socapa, cada um pretextando um motivo diferente para não meter a mão no bolso.

O problema está em que alguém arcará com os custos desse festival misto de happening. Houve de tudo. Descabidas exigências militares, ainda que muito longe dos tempos da ditadura, onde cada ameaça costumava concretizar-se. Fisiologia em mão e contramão, isto é, distribuição farta de benesses, favores e nomeações no serviço público, ao mesmo tempo que alertas sobre demissões em massa dos apadrinhados de quantos se dispusessem a votar nos quatro anos; mobilização de recursos para transporte especial de deputados e senadores, discretamente feito pelas frotas de empresas estatais e privadas, obviamente sob remuneração. Não apenas parlamentares foram favorecidos, mas certas categorias, até empresariais, com poder de influência e mobilização de opiniões.

Tudo tem um preço, especialmente quando, como resultante da conquista dos cinco anos, o governo se propõe a implementar um plano de austeridade e a impor medidas de sacrifício na economia. Um começo nada ortodoxo, a se computarem gastos e prejuízos determinados pela blitz palaciana. Capaz de um final ainda pior se, como se teme, não vierem senão iniciativas píftas, incompletas e envergonhadas.

Mas isso não é nada em comparação com outro tipo de conta a resgatar, menos material e muito mais profunda. A ninguém será lícito ignorar o reprimido anseio nacional por eleições presidenciais diretas. Nesse aspecto, foi benéfica a decisão da Constituinte pelo presidencialismo, tendo em vista que, quando o eleitorado se pronunciar, terá a certeza de estar escolhendo alguém para o sucesso ou para o malogro, personalizado e sem desculpas relativas ao funcionamento do sistema para eximir-se de responsabilidades. Acontece que pela

má performance do governo, seja por insuperáveis obstáculos enfrentados, seja pela hesitação dos governantes, o povo quer votar já — ontem, se fosse possível. Ilusória ou concretamente, a vontade nacional flui para eleições imediatas, até amplas, gerais e irrestritas.

Aqui a conta engrossa. O que fará o governo para pendurá-la? Afinal, agiu para impedir as eleições este ano, levantando velhos fantasmas desmoralizados e tirando da jaula tigres de papel. Precisaria no mínimo demonstrar que a alternativa para o adiamento das eleições favorecerá a Nação. Medidas concretas, mesmo de sacrifício, capazes de rasgar fundo o tumor da crise econômica. Alento para as classes menos favorecidas, espaços para as classes produtoras, realidades para retomar o desenvolvimento, tudo isso o Palácio do Planalto está devendo. Aos anúncios de imediatas providências que reverteriam o quadro amargo já se estão seguindo protelações, hesitações e cautelas. O governo dá a impressão de estar-se levantando de soslaio, na sombra, para fugir da conta onde, sem a menor dúvida, cabe-lhe a maior parcela.

O Congresso também é devedor. Melhor dizendo, a Assembléia Nacional Constituinte. Foram deputados e senadores, em última instância, os responsáveis pelo adiamento das eleições, pela frustração franciscana do povo. Seria preciso que contribuíssem, sem delongas, para saldar as despesas, votando o mais depressa possível uma Constituição acorde com as necessidades nacionais e, no reverso da medalha, exigindo do governo a sua parte. No universo parlamentar, sobressai o débito do PMDB. Durante os anos de repressão, dele pingou gota a gota, o plasma responsável pela derrocada do velho regime. E sob uma bandeira principal, das diretas já, como explicar, agora, que o PMDB tenha, por maioria, fugido ao compromisso anterior e contribuído decisivamente para o adiamento das eleições?

A festa acabou, há que pagar, mas quem se anima? Breve os fornecedores e os credores estarão batendo à porta dos palácios da Praça dos Três Poderes. Não encontrando os devedores, nem recebendo ao menos promissórias respeitáveis, poderão promover uma penhora singular. Lançar-se-ão ao arresto e seqüestro dos bens disponíveis em condições de saldar o débito. Na marra. Poderá não sobrar nada das instituições fragilmente recompostas de 1985 para cá. E o resultado, tanto faz. De macacão ou de farda, os cobradores serão os mesmos...